

O DILEMA DA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO IBITIÚVA, PITANGUEIRAS-SP

Fernando Rodrigues de Amorim¹

Cláudio José Bertazzo²

Leonardo Augusto Amaral Terra³

Marco Túlio Ospina Patino⁴

Resumo: Este trabalho investiga aspectos das condições socioeconômicas do Assentamento Ibitiúva (Pitangueiras - SP) e a percepção dos membros do CAE (Conselho de Alimentação Escolar do município de Pitangueiras) e dos assentados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Os assentados possuem uma alta dependência da monocultura da cana de açúcar e não focam suas lavouras na produção de agroalimentos, não usufruindo dos mercados do PAA. Tal situação foi identificada como um dilema produtivo destes agricultores camponeses, que deixam de produzir comida para produzir agro combustível. Diante dessa problemática, investigou-se o porquê de os assentados não conseguirem fornecer alimentos para a merenda escolar no município de Pitangueiras. Para respondê-la, foram utilizados dois questionários semiestruturados: um aplicado aos assentados e outro aos membros do CAE. Os dados foram construídos dentro de uma abordagem qualitativa, com ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo - DRP. Os resultados apontam ausência de ações de inclusão por partes da

¹Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Campus de Araras. Email: fernandorodriguesdeamorim@yahoo.com.br

²Professor Adjunto na Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão e no PPGADR na UFSCar campus Araras (SP). Email: agrogeografo@hotmail.com

³Doutorando do programa de Administração de Organizações da Universidade de São Paulo. Email: leoterra@usp.br

⁴Professor Doutor. Faculdade de Engenharia Agrícola – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP). E-mail: marco.ospina@feagri.unicamp.br

Prefeitura do município e também omissões do próprio Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP para a efetivação das políticas públicas nas terras de reforma agrária do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Políticas Públicas; Agricultura Familiar.

Abstract: *This work examines aspects of the socioeconomic conditions of the Settlement Ibitiúva (Pitangueiras - SP) and perceptions of members of CAE (Council of School Feeding in the municipality of Pitangueiras) and settled on the Food Purchase Program - PAA and the National School Feeding Programmer - PNAE. The settlers have a high dependence on monoculture of sugar cane and not focus on their plantations in the production of agri-foods, not taking advantage of the PAA markets. This situation has been identified as a dilemma productive these peasant farmers, who fail to produce food for agro produce fuel. Faced with this problem, we proposed to investigate why the settlers cannot provide food for school lunches in the city of Pitangueiras? To answer this question, we used two semi - structured questionnaires: one applied to settlers and other members of the EAC. We analyzed the data built into qualitative approach, Participatory Rural Appraisal tools with - DRP. The results indicate the absence of inclusion initiatives in parts of City Hall and the city itself there are omissions of Land Institute of the State of São Paulo - ITESP for effective public policies of agrarian reform lands in the State São Paulo.*

Keywords: Rural Settlements; Public Policies; Family Farming.

Introdução

A agricultura familiar brasileira tem sido importante para o crescimento e desenvolvimento nacional, regional e local. Ocupa 18% da população economicamente ativa do país, gerando emprego para 80% das pessoas que trabalham dentro do setor agropecuário, com a produção de alimento e matéria-prima para a agroindústria, proporcionando empregos e renda a muitas famílias (Meneguice et al; 2008). Os assentados da Reforma Agrária são parte da categoria dos agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar produz 84% da mandioca, 70% do feijão, 58% da produção da carne de suíno, 54% da produção de bovinocultura de leite, 49% do milho, 40% dos ovos, e 31% do arroz, (produzido dentro do nosso país) (Brasil, 2010).

Embora já apresente esses expressivos números, a agricultura familiar poderia vir a aumentar ainda mais a produção de alimentos se 60% das terras no Brasil não estivessem nas mãos de 46 grandes proprietários. Os demais 40% das terras, estão divididos em cinco milhões de agricultores familiares, arrendatários ou meeiros (Stédile, 2002). De modo geral, a grande propriedade, essencialmente monocultora, está voltada a produção de grãos exportáveis, que são muito importantes para a geração de divisas em moedas estrangeiras. Entretanto, não podemos esquecer que a primeira função da agricultura é produzir alimentos, comida para os povos. Isto os pequenos agricultores sabem fazer muito bem. Mas convivem com muitas dificuldades em relação ao que, como e quanto produzir. Mesmo os assentados da reforma agrária, cuja redistribuição de terra tem contribuído para a produção de alimentos e para a permanência das famílias do campo, ainda carecem de formação e assistência técnica para que alcancem a viabilidade econômica em seus lotes (Stédile, 2002).

Neste trabalho foram apresentadas algumas considerações sobre o paradoxo produtivo encontrado no Assentamento Ibitiúva, no município de Pitangueiras (SP). O assentamento Ibitiúva possui alta dependência da monocultura da cana de açúcar e não se beneficia do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Em palavras rápidas, tem o uso das terras agrícola voltadas para a agroenergia e não se exercita naquela vocação de produção agroalimentar, característica da agricultura familiar e camponesa.

Tal processo subjaz em um contexto em que vigem políticas públicas que dão suporte ao desenvolvimento econômico, sustentável, social e ecológico aos agricultores familiares e camponeses, mesmo aqueles que trabalham em terras de reforma agrária (Stédile, 2002). Dentre as políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar existem programas que possibilitam os agricultores a produzir e a comercializar seus produtos.

Neste contexto, o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) podem estimular esses agricultores a terem uma nova perspectiva de vida (Andrade et al; 2011). Entretanto a dependência exclusiva destes dois mercados institucionais podem produzir relações assimétricas entre agricultores familiares e camponeses e o Estado no que diz respeito à precificação de produtos. Além disto, estes dois Programas devem ser uma das alternativas de distribuição dos produtos da agricultura familiar, pois esta deve buscar outras formas de escoar suas produções, de preferência fora das teias de comércio dos atravessadores. A participação em feiras se constitui em alternativas viáveis para esta categoria de agricultores.

O PAA, enquanto mercado institucional foi implantado pelo Governo Federal através da Lei nº 11.947/2009. Este diploma garante que até 30% dos recursos repassados aos municípios pelo FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), por meio do PNAE, devem ser utilizados para compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações; priorizando os assentamentos da reforma agrária. Isto significa dizer que 30% dos recursos devem ser gastos com alimentos vindos da agricultura familiar, sem intermediários, sem licitações ou tomadas de preços (Brasil, 2010). O objetivo deste artigo é apresentar os motivos que levaram o assentamento Ibitiúva a não se incluir nos programas de PNAE e PAA no município de Pitangueiras.

Até o presente, a maioria dos assentados tem preferido cultivar cana de açúcar em regime de compra garantida pela Usina Guarani, deixando de lado a agricultura diversificada e a produção de agroalimentos, tão características dos agricultores familiares e camponeses.

Referencial

O Assentamento Ibitiúva e seu contexto sócio econômico

O assentamento Ibitiúva está estabelecido em uma área de 725,01 hectares. Nesta área foram assentados (43) quarenta e três famílias em lotes individualizados de 8,5 ha. Os principais acessos ao assentamento Ibitiúva, sendo suas coordenadas as seguintes: 20°59'22"S de latitude 48°20'22.44"W. A altitude em relação ao nível do mar é de 635m.

O assentamento Ibitiúva está localizado no município de Pitangueiras, interior do Estado de São Paulo. O município possui uma área de 41.600 ha (IBGE, 2006). O solo agrícola é ocupado da seguinte maneira: 33.574,2 ha com cana de açúcar, 1173,6 ha com soja, 815,7 ha com pastagens, 786,8 ha com amendoim, 260 ha com milho, 223,4 ha com eucalipto e 149,6 ha com laranja, verificando-se assim a prevalência da monocultura da cana de açúcar (Brasil, 2010).

Os hortos florestais foram criados para prover dormentes para a linha férrea da Companhia Paulista. Com a decadência do transporte ferroviário, os hortos florestais formados por eucaliptos que antes supriam a necessidade da ferrovia, perderam sua função, o que contribuiu para a ocupação com fins de reforma agrária em vários municípios do Estado de São Paulo, tais como, Pitangueiras, Araras, Cordeirópolis, Bebedouro, Jaboticabal, dentre outros. A ocupação iniciou-se em 1998, assentando 43 famílias numa localidade onde havia um bosque

com densidade de 1286 eucaliptos por hectare. A Figura 1 retrata o início do assentamento, descrevendo a quantidade de famílias, a área total (que diverge dos demais documentos do ITESP) e número do telefone de informação do órgão responsável.



Figura 1 – Placa informativa da implantação do Assentamento Ibitiúva
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A ocupação foi sendo paulatina à comercialização das árvores cultivadas, que resultou na assinatura de um,

[...] convênio entre a Fundação ITESP e a Fundação Florestal (Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo) para que esta última gerenciasse a comercialização da madeira presente nos assentamentos. (Oliveira, 2006, p. 49 e 50).

Num dos poucos trabalhos existentes com informações sobre o Assentamento Ibitiúva, são encontrados relatos que evidenciam a importância da reserva arbórea e a relação harmoniosa das famílias assentadas com esta vegetação.

Eles (assentados) tinham um respeito muito grande pela cobertura florestal, inclusive as organizações informais dos grupos de lideranças trabalhavam além de outras coisas, a manutenção total da floresta de eucaliptos. O Projeto de Assentamento Ibitiúva era denominado pelos assentados como assentamento Ouro Verde [...] (Oliveira, 2006, p. 51).

O relato acima justifica a denominação não oficial do Assentamento Ibitiúva: Assentamento Ouro Verde. Ainda no ano de 2002, o gênero *Eucalyptus* era a principal atividade de produção no assentamento. Todavia, o *ouro verde* foi aos poucos se transformando em retalhos do grande tapete verde dos canaviais da região sucroalcooleira. De modo que a facilidade e a certeza da comercialização da produção da cana de açúcar cultivada amarram a maioria dos assentados nesta modalidade de agricultura (Oliveira, 2006).

Eis, portanto, o dilema destes agricultores: por um lado as vantagens comparativas de produzir cana de açúcar cuja comercialização é garantida; de outro a possibilidade de produzir frutas e hortaliças para comercializar com a Prefeitura de Pitangueiras através do PAA e do PNAE.

Deste modo, a maioria dos assentados não participa como fornecedor dos "programas de distribuição suplementar ou emergencial de alimentos a grupos específicos, como áreas de alimentação escolar, hospitais, instituições de caridade, penitenciárias etc." (Bergamasco e Almeida, 2009, p.93), porque escolhem as receitas agrícolas proporcionadas pela monocultura da cana de açúcar em detrimento da produção de hortaliças e outros produtos que são o foco daqueles dois Programas.

Políticas Públicas e as características do PAA e PNAE

O PAA foi criado em 02 de julho de 2003, pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 regulamentado pelo Decreto nº 6.447 em 07/05/2008 (Brasil, 2012). Esta política pública, que atua no âmbito de segurança alimentar teve como objetivo concretizar o Programa Fome Zero, no governo Lula; como a aquisição dos produtos originados na Agricultura Familiar não necessita de licitações, todavia, a comercialização dos produtores com as Prefeituras fica facilitada. Os itens adquiridos são distribuídos em redes socioassistenciais, e também permitem a formação de estoques públicos de produtos originados da agricultura familiar (Chmielewska et al; 2010).

Aliás, é necessário pontuar que o objetivo do PAA é assegurar o fornecimento, em quantidade e qualidade, de maneira regular às populações em situação de

insegurança alimentar, ocasionando a inclusão social no campo pelo fortalecimento da agricultura familiar, além de ajudar a diminuir a dependência dos assentados em relação à monocultura da cana de açúcar pela geração de renda proporcionada através da sustentação de preços aos agricultores familiares. O Programa, portanto, valoriza a produção e a cultura alimentar dos agricultores, melhorando a economia local.

Igualmente, podem fazer parte do Programa, que é voltado para agricultores familiares enquadrados no PRONAF, os "povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 07/02/2007, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem-terra e acampados (definidos de acordo com a Portaria do MDA nº 111, de 20/11/2003) [...]" (Brasil, p. 1. 2012).

Cabe lembrar que, são várias as modalidades que o programa abrange. Dentre elas estão: a "formação de estoque pela agricultura familiar (CPR – estoques); compra direta da agricultura familiar (CDAF) e a compra da agricultura familiar com doação simultânea (CPR – doação) [...]" (Brasil, p.1. 2012). A propósito, o assentamento está incluído nesta modalidade, sendo os alimentos adquiridos, produzidos pelos assentados, destinados às creches, ao hospital, ao asilo, e à preparação da merenda escolar do município de Bebedouro. Contudo, essas modalidades são coordenadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), não podendo ultrapassar o valor de R\$ 4.500,00 por ano civil, tanto para os agricultores familiares individuais quanto aos organizados por meio de associação ou cooperativa (Chmielewska et al; 2010). Contudo, cabe ao programa, outra forma de gerenciar, por meio do Estado e municípios, por convênios estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), abrangendo CPR – Estoques e o PAA - leite (apoio a produção para consumo de leite) (Brasil, 2012).

Numa outra ordem, o governo federal esta complementando o desenvolvimento rural da agricultura familiar através da Lei 11.947/2009 pela qual passa a fornecer gêneros alimentícios para serem servidos na Rede Pública de Ensino. Os recursos são repassados pelo FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2010).

Para fazer parte deste mercado e participar do processo licitatório, o assentado deve se enquadrar para conseguir vender seus produtos, seja de origem animal seja vegetal, numa das seguintes formas: "grupo formal (cooperativa ou associação da agricultura familiar com DAP jurídica) e grupo informal (agricultores e agricultoras familiares com DAP físicas não organizadas formalmente)" (Brasil, 2010, p. 7).

Para que ocorra a publicação do cardápio da alimentação escolar, o mesmo deverá ser feito por uma nutricionista responsável, que deverá seguir os parâmetros nutricionais, que deverão levar em conta a diversificação da produção agrícola local (Brasil, 2010).

Na sequência, para que ocorra a publicação dos cardápios que serão executados por alguma dessas entidades, as quais reportamos:

(Secretarias Estaduais de Educação, prefeituras ou escolas) deverão publicar, por meio de Chamada Pública (que é modalidade de edital relativo à agricultura familiar), em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação, quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. Além disso, pode-se usar outros meios de divulgação como, por exemplo, as rádios comunitárias (Brasil, 2010, p. 9).

Cabe lembrar que o órgão responsável pela execução do programa deverá informar na "Superintendência Estadual da CONAB ou nos outros executores do PAA, os preços de referência praticados pelo programa" (Brasil, 2010, p. 9); sendo que, em algumas localidades em que não exista o programa do PAA ou onde os preços estiverem fora da real situação do mercado, deverão ser calculados a partir de critérios a serem gastos pela aquisição de produtos advindos da agricultura familiar naquele ano. Para validar o projeto de venda, os agricultores familiares deverão entregar os seguintes documentos, dentro do seu enquadramento de grupo, podendo ser:

Grupo informal: Extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda. Grupo formal: Extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda (Brasil, 2010, p. 11).

Entretanto dentre todas essas exigências burocráticas impostas aos agricultores familiares há algumas normas originadas pela legislação, como por exemplo, as emanadas pelos sistemas de vigilância sanitária, na qual se "normatiza o registro dos produtos empreendimentos no Serviço de Inspeção Federal – SIF; no Serviço de Inspeção Estadual – SIE; no Serviço de Inspeção

Municipal - SIM; no Serviço de Inspeção Vegetal/MAPA; e na Vigilância Sanitária" (Brasil, 2010, p. 7).

Ademais, após toda a tramitação burocrática pertinente ao Programa, ocorre o fechamento de acordo, que por sua vez é feito em forma de contrato. Este contempla um cronograma em que constarão as informações sobre a quantidade a ser entregue em determinado período e informará que os produtos a ser entregues, *cumprirão* os termos de qualidade e prazos pré-estabelecidos. O acordo deverá ser assinado por representantes da entidade executora. No nosso caso, deveria ser a Prefeitura de Pitangueiras, porém, quem recebe os produtos do assentamento é a Prefeitura de Bebedouro. Ademais, também deverá ser assinado por parte do grupo formal, como o fornecedor do termo de recebimento da agricultura familiar, mas, caso for entregue como grupo informal, deverá ser assinado também pela entidade articuladora.

Materiais e Métodos

Inicialmente, foi feito um contato com o responsável do ITESP, que presta assistência aos assentados, solicitando permissão para se aplicar um questionário aos assentados. Ele nos indicou quais eram os assentados envolvidos em cultivar hortaliças e frutas, pois que esses constituíam o perfil dos assentados que poderiam responder as questões. A seguir, procuramos os membros do Conselho de Alimentação Escolar de Pitangueiras – CAE, a fim de termos uma visão por dupla perspectiva acerca da participação dos assentados no PAA e PNAE. Em vista destas características de nossa pesquisa, ela se aloja, em termos de delineamento da pesquisa, como *estudo de caso*. Esta modalidade investigativa consiste e um

Estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...] tendo diferentes propósitos: preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses. (Gil, 2009, p. 54).

Este estudo, portanto, foi desenvolvido com os assentados no assentamento Ibitiúva, localizado no município de Pitangueiras, interior do Estado de São Paulo. Constituem-se como objetos deste estudo de caso, além de todos os assentados, os membros do CAE de Pitangueiras. Utilizamos, enquanto técnica de abordagem, a entrevista direta do entrevistador com o entrevistado.

Foi elaborado, um roteiro semiestruturado de caráter prévio para realizar as entrevistas. Depois de testado em campo, ressignificamos seu conteúdo para firmar o roteiro definitivo, sempre focado para obter informações qualitativas acerca da participação dos assentados no PAA e PNAE.

As famílias foram selecionadas pelo Técnico do ITESP e pela comunidade. Assim, foram escolhidos os assentados que tinham dentro de seus lotes, atividades ligadas à produção de frutas, verduras e legumes, com a finalidade comercial. Em seguida, foram selecionados e localizados todos os membros do CAE para responderem à entrevista semiestruturada, que era distinta do primeiro instrumento.

Para compreender melhor sobre o nível de vida dos assentados, houve a necessidade de considerar dois aspectos: nível de renda e nível de consumo seja ele pessoal ou familiar. Nesse sentido procurou-se construir o perfil socioeconômico das famílias através de levantamento de campo. De antemão se torna necessário esclarecer que dentre os 43 lotes do Assentamento, apenas 38 aceitaram participar da pesquisa.

Com relação à análise e interpretação dos dados do presente estudo de caso, foi feita análise qualitativa dos dados coletados, com o objetivo de conhecer as percepções, opiniões, valores e os perfis do objeto de estudo da presente pesquisa.

Quanto à análise e interpretação dos dados, o estudo de caso apresenta natureza predominantemente qualitativa [...] Daí, então, a importância a ser conferida ao desenvolvimento de tipologias. Muitas vezes, esses "tipos ideais" são antecipados no planejamento da pesquisa. Outras vezes, porém, emergem ao longo do processo de coleta e análise de dados (Gil, 2009, p. 141).

Resultados e discussão

Após analisar as respostas de todos os entrevistados destacam-se algumas: os membros do CAE, por exemplo, 75% responderam que a Prefeitura não compra alimentos para a merenda escolar diretamente dos agricultores; os restantes 25% não souberam informar se a Prefeitura realizava compras dos agricultores familiares.

Os assentados pesquisados, responderam unanimemente que o Município não compra alimentos dos agricultores familiares. Então, há uma restrição do Município, que é o agente que operacionaliza a Política Pública do PAA e do PNAE, em relação aos produtores rurais familiares. Logo, mesmo que outros assentados desejassem deixar o cultivo da cana de açúcar e passar a produzir

hortícolas, não haveria possibilidade de participar dos mercados institucionais, Em relação ao conhecimento dos Programas PAA e PNAE, aproximadamente 75% dos membros do CAE conhecem ou já ouviram falar sobre o PAA e 25% não sabem do que se trata. Depois de uma breve explicitação sobre o que seria o PAA, 100% dos membros do CAE concordaram que se trata de um programa importante.

Os assentados, contudo, têm pleno conhecimento dos Programas do mercado institucional de alimentos oriundos da agricultura familiar, reconhecendo-o como de grande importância para a agricultura familiar. Como pode uma política sair do papel se alguns dos conselheiros municipais para a alimentação escolar desconhecem os Programas PAA e PNAE? Além disso, aqueles que conhecem não o promovem no âmbito dos potenciais beneficiários na categoria de fornecedores? A situação se aproxima de um limite de legalidade na governança desta política pública.

Sobre a última chamada pública no âmbito do PAA, realizada no ano de 2012, com propósito de comprar alimentos dos agricultores familiares, 75% dos membros do CAE responderam que estavam cientes desta chamada e que ficaram sabendo dela quando estiveram na reunião do CAE. Entretanto 25% dos conselheiros entrevistados declararam que a desconheciam e que não foram avisados de sua realização. Conseqüentemente, esta chamada não foi construída com a participação do CAE. Os assentados, todavia, ao serem inquiridos acerca desta chamada, afirmaram que a desconheciam e que também não foram avisados que estava sendo realizada.

Resta saber que meios estão sendo usados para divulgar estas chamadas públicas, pois o princípio da transparência é inerente ao poder público. Se conselheiros do CAE e agricultores familiares que são um dos alvos desta política desconhecem suas realização, está claro que é preciso melhorar a comunicação entre o Município, o CAE e os agricultores.

Em seqüência, os conselheiros do CAE manifestaram-se da seguinte forma: 25% responderam que participam sempre das reuniões ordinárias mensais do CAE; 25% participam quando são convocados para reuniões; 25% não participam, pois, ainda não ocorreu reunião alguma e 25% quase não participam de nenhuma reunião. Nas reuniões do CAE, criam-se as alternativas para cardápios e colateralmente, criam-se oportunidades para os agricultores familiares. Ora, tudo isto é muito importante, pois o município apresenta a monocultura da cana de açúcar em predominância e abrir oportunidades para a agricultura diversificada seria uma realização muito

significativa, que poderia se iniciar no CAE.

Quando perguntou aos membros do CAE quais itens os agricultores familiares poderiam cultivar para serem integrados ao cardápio da merenda escolar, responderam em sua maioria – cerca de 75% dos sujeitos – que seriam aproveitadas a produções de folhosas, laranja, brócolis, beterraba, tomate e couve-flor. Quando propusemos aos agricultores pesquisados sobre quais itens estariam no seu domínio de conhecimento para produzir, eles listaram 14 itens que tem competências e habilidades para produzir e entregar para a prefeitura integrar ao cardápio da merenda escolar. A seguir a tabela 1 com os principais produtos citados pelo grupo.

Tabela 1 – Alimentos que poderiam ser produzidos e entregues à prefeitura para compor o cardápio escolar.

Alimento	% de assentados que responderam o que seria possível produzir
Alface	20%
Berinjela	30%
Brócolis	30%
Couve	20%
Couve-flor	20%
Cheiro-verde	30%
Goiaba	30%
Laranja	20%
Vagem	20%
Tomate	10%
Repolho	20%
Beterraba	20%
Mandioca	40%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Com relação ao cardápio escolar, que deve ser feito por um nutricionista, como explicitado anteriormente, levando em conta os parâmetros nutricionais e de diversificação da produção local, 50% dos membros do CAE responderam que não foram informados sobre essa orientação, pelo poder público e, 50%

estavam cientes de que esses procedimentos devem ser seguidos. Em razão disso, foi perguntando se o cardápio da merenda escolar servida na rede de ensino público do município leva em consideração a diversificação da produção agrícola local e a sazonalidade climática, com frutas, verduras e legumes. No entanto, as respostas foram bastante diversificadas entre os membros do CAE. Por exemplo, 50% disseram que sim, 25% disseram que não e 25% não souberam responder.

Ainda sobre o CAE, 100% disseram que sabem da existência do assentamento e de sua localidade. Em relação sobre a prefeitura já ter comprado alimentos por intermédio do PAA ou PNAE, 75% não souberam responder e 25% disseram que nunca houve compra de alimentos por meio desses programas.

Para se comparar a diversificação da produção local, foram relatados quais os assentados quais produtos, os assentados produzem em suas propriedades. Construímos a tabela 2 onde apresentamos os 13 diferentes produtos que são cultivados pelos pesquisados e o percentual de cada um destes produtos em relação ao total da produção.

Tabela 2 – Itens produzidos e seu percentual em relação ao total cultivado.

Produtos	Porcentual deste item em relação à produção total do lote
Alface	40%
Abóbora	30%
Berinjela	20%
Beterraba	20%
Brócolis	30%
Goiaba	10%
Couve-flor	30%
Couve	40%
Cheiro-verde	40%
Jiló	20%
Laranja	20%
Mandioca	40%
Quiabo	40%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Tal produção foi comprovada em observações das hortas para saber o destino desses produtos, já que não forneciam ao PAA ou ao PNAE. Todos assentados responderam que entregam uma grande parte dela à Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar – COAF –, Entretanto nenhuns desses assentados produzem de forma orgânica e não fazem parte da cooperativa como rege os princípios de uma cooperativa⁵. A COAF, por sua vez, repassa os produtos dos assentados à Prefeitura de Bebedouro no âmbito do PAA. A Prefeitura de Pitangueiras não compra dos assentados, mas a Prefeitura de Bebedouro compra através da COAF. Declaram ainda os assentados (40% do grupo pesquisado) que além das entregas de verduras à COAF, eles também vendem diretamente aos consumidores dos municípios de Ibitiúva e Pitangueiras. As rendas geradas nestas atividades são bem significativas: 40% auferem em torno de R\$ 800,00; 40% auferem R\$ 500,00 e os restantes 20% auferem cerca de R\$300,00.

Embora com tais resultados, os assentados afirmaram (100%), que se esforçariam, investiriam e produziram o suficiente para vender para a Prefeitura de Pitangueiras, caso ela adquirisse seus produtos por meio do PNAE ou do PAA.

Depois sondamos a percepção dos assentados sobre o principal problema a ser solucionado, de modo que eles possam produzir alimentos para comercialização através do PNAE e PAA ao município de Pitangueiras. A Tabela 3 registra as considerações dos assentados.

⁵Segundo ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - (Sescop 2011) a cooperativa é uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para atingir um fim comum, através da constituição de uma empresa dirigida democraticamente e na qual os cooperados fornecem uma parte equitativa do capital necessário e aceitam uma justa participação dos riscos e nos frutos.

Tabela 3 – Entraves para vender ao município de Pitangueiras pelo PNAE e PAA.

Assentado *	Nosso principal problema para acessar o PAA e o PNAE
1	Falta de diálogo entre prefeitura e ITESP.
2	Organização para se inserir no programa
3	Comprometimento
4	Burocracia
5	Sem lugar para entregar verdura não temos como plantar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

*Os dados desta coluna referem-se às narrativas dos assentados pesquisados.

Em relação aos incentivos necessários para incrementar a produção de gêneros alimentícios por meio da agricultura familiar, os assentados manifestaram suas conclusões que registrou-se no Tabela 4.

Tabela 4 – Percepção sobre o que falta para incentivar a produção de gêneros alimentícios por meio da agricultura familiar.

Assentado*	O que nos falta
1	<i>Assistência técnica.</i>
2	<i>Firmar um contrato e melhorar os preços pagos aos produtos.</i>
3	<i>Lugar para entregar.</i>
4	<i>Lugar para entregar produtos.</i>
5	<i>Mais recursos do governo; disponibilização de mais créditos.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

*Os dados desta coluna referem-se às narrativas dos assentados pesquisados.

Finalmente, quais outras necessidades ou informações os assentados gostariam de acrescentar sobre a operacionalização do PAA e PNAE. A partir de suas observações construímos a tabela 5, onde elencamos suas principais

reivindicações e necessidades.

Tabela 5 – Considerações dos assentados sobre produzir com foco no PAA e PNAE.

Assentado*	Outras necessidades
1	<i>Conseguir esterco; planejamento dentro do assentamento para não se ter “enchente” de um mesmo produto.</i>
2	<i>Não quis acrescentar nada.</i>
3	<i>Aumentar o valor dos produtos</i>
4	<i>Não quis acrescentar nada</i>
5	<i>Firmeza no contrato; o que o assentado plantar, conseguir que se tenha mercado</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

*Os dados desta coluna referem-se às narrativas dos assentados pesquisados.

Os resultados da enquete examinando as informações sobre o nível de renda dos assentados, que podem ser vinculados ao número de salários mínimos. No entanto, nenhuma família ganha menos que 1 salário mínimo mensal⁶, apenas uma família ganha em torno de 1 salário mínimo, 14 famílias ganham em torno de 2 salários mínimos, e 23 famílias ganham acima de 3 salários mínimos. O resultado corrobora os dados de 2006 do Valor Total Produzido médio por estabelecimento de beneficiário da reforma agrária foi de R\$ 15.800,00, que no período se equivalia a 52,7 salários mínimos de R\$ 300,00, ou 4,4 S.M. mensais (Marques et al., 2012). Fica evidente, que a pequena oscilação de renda das famílias decorre da flutuação do principal produto agrícola cultivado no assentamento, que é a cana de açúcar.

Sobre a renda, a fim de identificar sua gênese, e já de posse de informações anteriores e da nossa observação visual da paisagem agrícola, perguntou as

⁶O valor considerado sobre o salário mínimo considerado o mês de janeiro de 2013 é de R\$ 678,00.

famílias participantes da pesquisa se cultivavam cana de açúcar. Das 38 famílias, 36 responderam afirmativamente: cultivavam cana em seus lotes. Observe a síntese das respostas no Gráfico 1.

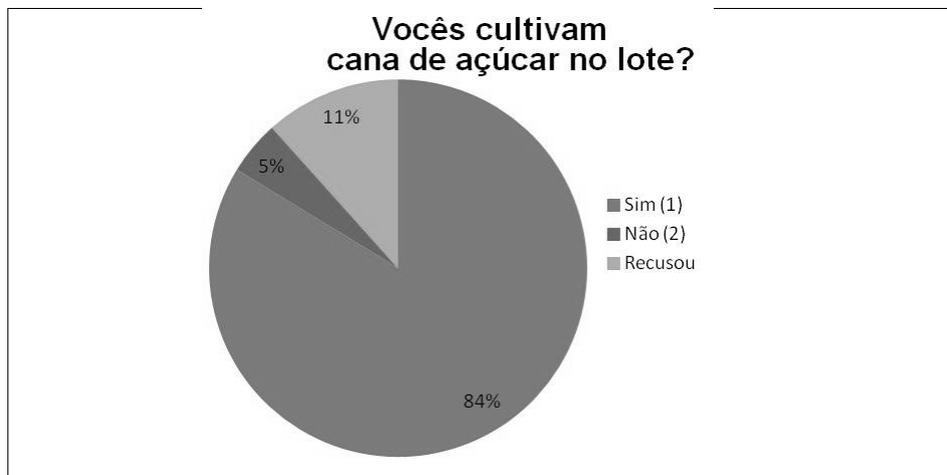


Gráfico 1 – Quantidade percentual de famílias que cultivam cana nos seus lotes.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O Gráfico 1 mostra que 36 famílias, 84% dos assentados que participaram da pesquisa, cultivam cana de açúcar em seus lotes, duas famílias não cultivam, 5% e cinco famílias, 11% recusaram participar da pesquisa. As famílias celebram os contratos de venda de matéria prima para a Usina Guarani. Esta, portanto, é a origem da principal componente da renda dessas famílias: o cultivo de cana de açúcar. Entretanto, como as famílias possuem poucas condições de adquirir ou alugar máquinas agrícolas para o plantio, assim eles praticam uma espécie de *integração* ou *parceria* de se seus lotes para a Usina. Os assentados fornecem sua cana de forma integrada ou como um tipo de parceria uma situação intermediária que foi mencionada em que uma pequena parte do processo produtivo fique sob responsabilidade do assentado. Trata-se fundamentalmente dos tratos culturais, em que a necessidade de equipamentos é bem menor [...] (Ramos, 2009, p. 76. P.69-86). Cada família de assentado reserva, em média, 6 ha para o cultivo de cana de açúcar. A renda gerada refere-se às safras de 2011-2012 e 2012-2013, como pode ser visto no Gráfico 2.

Renda obtida com o cultivo da cana de açúcar pelas 36 famílias de assentados

■ valor mínimo ■ valor máximo ■ valor médio

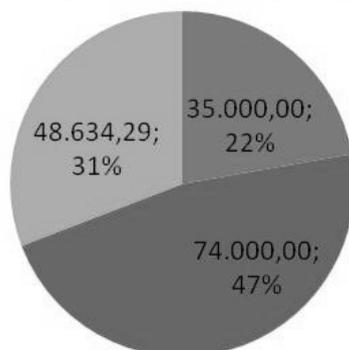


Gráfico 2 – Valor recebido pelos assentados nas safras 2011-2012 e 2012-2013.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O Gráfico 2 ilustra os três níveis médios da renda obtida com a cana de açúcar nos 36 lotes dos assentados que a cultivam. Mas é importante lembrar que suas lavouras, de tamanho médio de 6 hectares, são formadas em regime de venda contratada com a Usina.

Os assentados, como se pode observar, podem ter um bom nível de renda, contudo tem baixa segurança alimentar dentro de seus lotes. Como pode ser demonstrado no Gráfico 3.

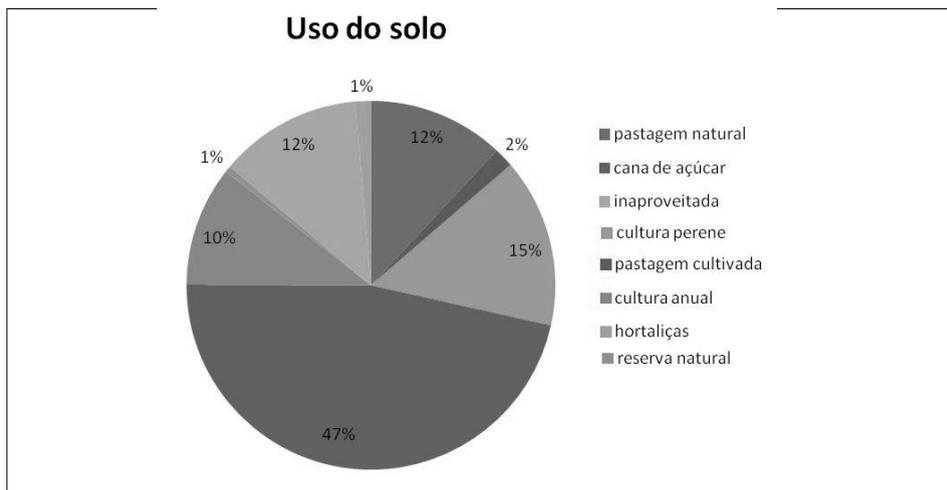


Gráfico 3 – Uso do solo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

As leituras que se faz do Gráfico 3 permitem compreender a destinação por cultivos dos lotes dos assentados, que são de 12 hectares (8,5 ha de área agrícola e 3,5 ha correspondem a área tida como manejo, o qual englobam área de preservação permanente e uma plantação com eucaliptos). "Contudo, é amplamente sabido que dificilmente uma produção agropecuária em um lote pode satisfazer todas as necessidades de consumo familiar, impondo-se a busca da obtenção de excedentes ou de rendas em dinheiro" (BERGAMASCO & ALMEIDA, 2009, p. 71).

Todavia estas decisões tomadas em relação à produção distanciam-os de um tipo ideal de agricultor familiar que tem suas produções diversificadas e focadas na produção de alimentos. Acrescenta-se que, para se ter acesso aos alimentos, é essencial que incluam iniciativas voltadas ao abastecimento e comercialização das mercadorias produzidas pelos agricultores familiares, até chegar aos consumidores finais englobando "a educação alimentar, a educação para consumo sustentável e a organização e treinamento dos consumidores e outros atores produtivos e públicos envolvidos na política" (BERGAMASCO & ALMEIDA, 2009, p. 94).

No caso deste assentamento, o contexto local e os arranjos produtivos regionais acabaram por atrair os assentados para estas modalidades de agricultura. Todavia os Programas que implantaram os mercados institucionais

são oportunidades para diversificação da produção e diminuição da dependência do atual sistema produtivo vigente entre os 36 assentados, conforme discorreremos aqui.

Conclusão

A dependência dos agricultores familiares com relação à cana de açúcar pode ser averiguada nos relatos discorridos neste trabalho, pois os assentados não conseguem entregar seus produtos ao município, do qual fazem parte. Os assentados, somente entregam suas mercadorias a uma cooperativa que *repassa* ao município vizinho, diminuindo bastante a margem de lucros dessas famílias.

Pela avaliação diagnosticada neste trabalho, pode-se concluir que os assentados não tiveram informações sobre a chamada pública deste ano nº001/2012, para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, lei nº11.947 de 16/07/2009, resolução nº 38 do FNDE de 16/07/2009. Entretanto, divulgaram a chamada pública no site oficial da prefeitura, contudo, os assentados não têm acesso à Internet em seus lotes. Por outro lado, foi divulgado em órgão da Imprensa Oficial (Diário Oficial), sendo este, mais difícil ainda para o acesso dos assentados. O que nos chamou a atenção é que, nem pelo ITESP os assentados foram avisados, a quem caberia essa responsabilidade. Portanto, o descaso dos órgãos públicos do município de Pitangueiras e do órgão responsável é tão grande, que não conseguem *se acertar* para comprar produtos da agricultura familiar do seu município.

Ademais, de acordo com o Levantamento de Unidade Produção Agropecuária - LUPA - do município, 2007/2008, não constam plantações de alimentos, tais como: banana nanica, mamão formosa, melancia, tomate, acelga, os quais estão presentes no anexo I da chamada pública deste ano. Sendo que, este item não está respeitando as condições climáticas e culturais do seu município.

É importante ressaltar que se o município tivesse uma política pública eficiente o assentamento poderia ter mais oportunidade de diversificar sua produção.

Referências

ALMEIDA, L. M. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agroindústrias e Segurança Alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos

Assentamentos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, p.87-108, 2009.

ANDRADE, S. da L.M.H. et al; A inserção de agricultores familiares nas políticas públicas: o PAA e PNAE como alternativa para viabilização da produção agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.6 n.2, p-1-4. 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11472>. Acesso em: 11 ago.2012

BRASIL, **Abastecimento, Companhia Nacional de. PAA- Evoluções das Operações, 2012**. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf. Acesso em: 14 jul. 2012.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe**, Texto para Discussão n° 1510. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1510.pdf. Acesso em: 14 jul.2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Cartilha: O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar, 2010*. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=5996963. Acesso em: 21 jul. 2012.

MARQUES, A, M, P, Vicente; DEL GROSSI, E, Mauro; FRANÇA, G, Caio. **O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2012. 107 p.

MENEGUCE, B.; PERIN, E. VIEIRA, J. A. N.; LOVATO, L. F.; DE FRANCESCHI. L. **Estudo de Caso na Agricultura Familiar: Agroindústrias de Derivados de Cana-de-açúcar**. Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR),

Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).
Pato Branco, 2008. 20 p.

OLIVEIRA, S.A. **Assentamentos rurais em hortos florestais da região norte do estado de São Paulo**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2010.

RAMOS, P. **Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais**. Retratos de Assentamentos, v. 12, p. 69-86, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Conselhos de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2010-2013**: município de Pitangueiras SP. [São Paulo, SP, 2010]. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/436_30_09_2010_pmdrspitangueiras.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2012.

STÉDILE, P. **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: ed.Universidade 2002.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo.asp>>. Acesso em: 30 maio 2012